

ACESSIBILIDADE DAS CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIA NA ESCOLA

Conceição Maria Marinho dos Santos
Centro Universitário Estácio do Recife- santoconceicao@yahoo.com.br

RESUMO

Este artigo tem a finalidade sobre as questões da inclusão escolar, refletindo diante da aceitação da igualdade e diversidade do indivíduo, no contexto escolar e social, para tanto, temos como objetivos: Identificar as principais dificuldades enfrentadas pela escola na inclusão das crianças com deficiências; tivemos ainda como objetivos específicos: conhecer as dificuldades relacionadas a estrutura física e docente para inclusão de alunos com deficiência; analisar os recursos que facilitam o ingresso ou inclusão de alunos com deficiência; e esclarecer que as crianças com deficiência podem desenvolver capacidades iguais. Procuramos fazer pesquisa de forma qualitativa/Descritiva, “trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes”. Será também realizado um estudo de caso, “um estudo aprofundado a fim de buscar fundamentos e explicações para determinado fato ou fenômeno da realidade empírica”. Por que as escolas dificultam o acesso das crianças com deficiências? De acordo com os autores a inclusão se dará quando a sociedade e a escola tiverem um olhar relacionado em questão da adaptação, não por parte do indivíduo com necessidades especiais, mas com a aceitação dos que fazem parte dela. Resultados e discussões: a escola do século XXI, ainda não sabe fazer a inclusão, baseada nos princípios de uma sociedade igualitária para todos, negligenciando aqueles que de forma não homogênea não consegue atender ao ideal de sociedade. Percebemos que para a escola incluir é ser matriculado e frequentar os espaços educativos como todos os alunos. No entanto, não existe uma preocupação por parte da mesma nos projetos pedagógicos. Negar a possibilidade de fazer parte do convívio educacional é tirar o direito a igualdade social, ter uma escola inclusiva e saber trabalhar através das diferenças.

Palavras-Chaves: Inclusão, Deficiência, Igualdade, Diversidade.

INTRODUÇÃO

Falar de acessibilidade e inclusão nos remete a escola, primeira etapa de qualquer aluno. Este estudo trata da inclusão das crianças com deficiências no âmbito educacional, com o objetivo de refletir os fatos, movimentos que favorecem a educação especial dentro do contexto histórico. Trazendo como objetivo principal Identificar as principais dificuldades enfrentadas pela escola na inclusão das crianças com deficiências;

Para compreender a trajetória da inclusão escolar, será apresentada a visão de diferentes autores, desde o conceito até fundamentações legislativas.

A escola inclusiva deve estar baseada na perspectiva de integrar a criança no convívio social onde se tenha respeito e reconhecimento a diversidade como algo natural, quando cada um possa fazer uso dos seus direitos na sociedade, a tão falada igualdade, surgirá assim o que espera a inclusão ao ser humano, pois a diferença é inerte a ele. Segundo Montoan (1997, p. 47) este é o termo que se encontrou para definir uma sociedade que considera todos membros como cidadãos legítimos. Outra questão importante a esta pesquisa: como desenvolver os professores na prática pedagógica da educação inclusiva, se na sua ação se sentem incapacitados por não ter recursos e

qualificações para trabalhar, sua transmissão deve ser concentrada no ato de ensinar – aprender para a turma toda, partilhando com os alunos a construção dos conhecimentos. Haverá uma abordagem para analisar as dificuldades e limitações que cercam estas crianças no ambiente escolar.

Será necessário analisar as condições que são oferecidas a sua melhor adaptação, dessa forma objetivamos trazer como tópicos a seguir: Inclusão X Exclusão: Questões diversas; As políticas públicas para inclusão; A Escola X A deficiência: um novo olhar.

Trazer este tema é levantar hipóteses, que busquem caminhos que fundamentem possibilidades de acrescentar na inclusão das crianças com necessidades especiais. É saber que caminhos percorrer e o que quer alcançar.

Ser diferente não é sinônimo de incapacidade, cada ser humano nasce com suas limitações, aquelas aparentes e outras que são invisíveis aos olhos. Para a sociedade despertar as diferenças e seus significados basta a compreensão, designada a mostrar a realidade, fugir dos padrões sociais é algo que desperta o contrário da integração.

Os alunos com deficiência buscam espaço social, como se fossem eles que precisassem mostrar o que são, mais o meio faz de conta que ser especial é não estar preparado “a inclusão significa que a sociedade deve adaptar-se às necessidades da pessoa com deficiência para que esta possa desenvolver-se em todos os aspectos de sua vida”. (SASSAKI, 1997, p. 167)

A educação é um direito de todos e dever do Estado assegurar, mais o atendimento educacional especializado estabelece requisitos que separam o acesso e permanência dos indivíduos em relação as suas limitações. As escolas comuns nas matrículas recusam, ou se desculparam por despreparo, sabendo que descumprem as leis.

A entrada destas crianças está cercada de discriminações e ressalvas, o tratamento a elas concedido e diferenciado a suas possibilidades, enfatizam como se não pudessem ter seu desenvolvimento voltado a sua capacidade, mesmo assim a avaliação é executada pela deficiência. Tem necessidades de acompanhamento clínicos igual a outra criança, a situação médica é usada como restrições nas escolas.

O despreparo das escolas vem a apresentar que a Educação Inclusiva está dissocializada das escolas comuns “... a inclusão escolar é muito boa, mas não pode servir para alunos que têm deficiências muito graves, pois se as escolas estão despreparadas para os demais, imagine-se para estes”. (MANTOAN, 2013, p. 21) CARVALHO, 2004, p. 110), relata que “a inclusão educacional escolar tem finalidades e objetivos muito mais amplos e abrangentes do que a simples presença física”.

A escola é vista como um lugar que se ensina e aprende, para os pais e professores, inserir as crianças com deficiência em turmas comuns, basicamente, é colocar em um conjunto, onde eles necessitam se adaptar, basta o espaço favorecer o que precisam.

O sentido da inclusão escolar deve assegurar e criar meios a estas crianças na sua interação com o grupo, resgatando princípios, valores, direitos de se desenvolverem em uma comunidade que se faça fazer parte. Estas medidas só terá significado, quando as escolas abrirem espaços para a quebra dessas bandeiras, proporcionar movimentos que gerem condições a integração acontecer.

Para que a inclusão ocorra é necessário saber o que se faz da exclusão, taxada como separação, falta de padrões, sabendo que são pessoas ou grupos que enfrentam esta situação. Em relação, as crianças portadoras de deficiências, as escolas falam em incluir, já excluindo, por não estarem dentro de padrões da “normalidade”, onde os mesmos buscam seus direitos.

O que seria “normalidade” para ingressar na sociedade escolar, crianças que apresentem habilidades físicas, motoras, intelectuais iguais, que se portem da mesma forma, nas situações, que mostro ser completo. O que faz a exclusão acontecer e a discriminação, o preconceito, a falta de respeito, em ter um olhar diferenciado para as possibilidades de cada um.

[...] uma das possibilidades de reverter, definitivamente, os problemas excludentes seja a de ressignificar de fato, e em nós, a ideia que temos da nossa própria “normalidade” e, dentre seus corolários, o que nos leva a supor que, por sermos “normais”, somos seres completos, já que não nos faltam os sentidos, a inteligência, a capacidade motora, locomotora... Agora e para sempre. (CARVALHO, 2004, p. 48)

Kassar (1995) referencia que o especial e o comum são vistos como dois problemas distintos que vem disputando o mesmo espaço, o mesmo lugar físico: a escola pública.

A maioria dessas crianças já se encontra em escolas, mas passam por grandes desafios, onde é dificultada sua inclusão mediante a disputa com outros alunos “comuns” que tem a preferencia no contexto de desenvolvimento, visto que a escola é para todos. Para se obter uma escola inclusiva, com educação inclusiva, é necessário que haja uma construção de uma nova sociedade, que permita transformações humanas e sociais, que busque perceber as diferenças e limitações, e seja capaz de atende-las.

Nesse sentido, Werneck (1999, p. 162) chama atenção para a crise enfrentada na escola brasileira, em relação a inclusão, ou seja, afirma que:

A escola inclusiva é um bem em si mesma. Uma riqueza. Não prova de amor. Nem caridade. Não é uma proposta para resolver o problema da segregação de crianças e jovens com deficiências na escola especial. É, ao contrário, “Uma saída da saída para a crise que hoje enfrenta a escola brasileira.

Muitas escolas rejeitam se adaptar em relação às transformações que necessitam passar como: mudanças físicas, capacitações do corpo docente e demais profissionais. Ingresso de profissionais especializados (AEE), conscientização social, integração das crianças com ou sem deficiências.

Ainda se percebe que muitos profissionais defendem as escolas especializadas como melhor caminho, impedindo uma mediação a escola diversificada, onde a discriminação seja contrária a diferença, o que se oferece deixasse de ser o “suficiente” para avançar os desafios.

Elas estabelecem as diferenças entre as crianças desde as matrículas, durante todo o ano letivo perpetuam a aprendizagem na igualdade do intelectual, essa que acontece, pois o conhecimento de cada um baseia-se numa assimilação diferente, mas esperam o resultado final significativo de acordo com seus padrões, quando sua capacidade não é reconhecida, segue a exclusão. Aliar as responsabilidades de uma nova organização nas práticas escolares é acreditar

num processo que se submeta a atualidade de valorização destas crianças referente a alcançar sua igualdade através de suas capacidades. Segundo a reflexão da autora, incluir é:

Adaptar o ensino para alguns alunos de uma turma de escola comum não conduz e não condiz com a transformação pedagógica dessas escolas, exigida pela inclusão. A inclusão implica uma mudança de paradigma educacional, que gera uma reorganização das práticas escolares: planejamentos, formação de turmas, currículos, avaliação, gestão do processo educativo. (MANTOAN, 2013, p. 37)

É fundamental a mudança para que o ensino deixe de ser um problema, passe a ser uma barreira quebrada a tantos desafios enfrentados, que cada peculiaridade dos alunos e professores seja superada, cujas tarefas vivenciadas, se tornem motivação de inúmeras inovações de conhecimento e aprendizagem recíproca.

A inclusão é uma inovação que implica um esforço de modernização e reestruturação das condições atuais da maioria de nossas escolas – especialmente ao de nível básico – ao assumirem que as dificuldades de alguns alunos não são apenas deles, mas resultam em grande parte do modo como o ensino é ministrado e de como a aprendizagem é concebida e avaliada. (MANTOAN, 2006, p. 40)

Estando inserido na escola dentro de uma perspectiva da educação inclusiva, a criança deve ter todos os seus direitos assegurados, seja ele social, clínico, físico, emocional, intelectual e outros. Uma vez que integrada no contexto comunidade escolar e sociedade, os problemas a eles atribuídos são meras desvantagens determinadas pelos que criam rótulos, por falta de formação e informação sobre a transformação educativa das crianças portadoras de deficiência.

Sampaio (2005) se referenciando a Sasaki (1997) analisa:

Esta questão da integração x inclusão, contrapondo o modelo médico ao modelo social da deficiência. A integração estaria associada ao primeiro, no qual toda deficiência é vista como um problema do indivíduo, por isso a pessoa deficiente é que precisa ser curada, tratada, reabilitada, habilitada, etc., a fim de ser adequada à sociedade. Já na inclusão prepondera o modelo social da deficiência, que concebe os problemas dos deficientes como determinados socialmente, uma vez que é a própria sociedade que cria problemas para pessoas portadoras de deficiência, causando-lhes desvantagem no desempenho dos papéis sociais.

Atualmente o contexto social mostra que as mudanças estão envolvidas por processos, estes que requerem tempo para reflexão, conscientização. A inclusão que tanto se fala é uma proposta escolar, cuja finalidade denuncia o conceito de excluir, ou seja, de influência direta ou indireta da sociedade, situações vividas no cotidiano, regras ou comportamentos chamados padrões.

A educação inclusiva surge como consequência de ações de movimentos sociais e pessoas com necessidades especiais, que de forma equivocada sofrem discriminações e exclusão diante da sua “falta” de capacidade, habilidades e desenvolvimento no convívio social e educacional, segundo Mantoan (2006, p. 19).

A inclusão implica uma mudança de perspectivas educacional, porque não atinge apenas os alunos com deficiência e os que apresentam dificuldades de aprender, mais todos os demais, para que obtenham sucesso na corrente educativa geral.

A Lei de Diretrizes e Base - LDB nº4024/61 através do artigo 88 onde mensurava que “a Educação de Excepcionais deveria, no que for possível, enquadrar-se no sistema geral de Educação a fim de integrá-los na comunidade”.

Nesse sentido, o atendimento especializado veio a se organizar numa perspectiva dos direitos humanos e no reconhecimento das diferenças, a partir do processo de normas e identificação das características dos alunos, seja ela, físicas, sociais, culturais ou intelectuais. (LDB/96)

Atualmente o atendimento, onde se propuseram em trabalhar o desenvolvimento a partir da cidadania, que todos os portadores de deficiência e seus familiares tem direito a estarem inseridos a comunidades. MEC.

Todas as pessoas com deficiência ou não, devem ter seus direitos garantidos, cabe a legislação assegurá-las e aos responsáveis (cuidadores) procurar esse acesso. O Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA, através da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, a relatar a importância da educação a estas pessoas com deficiência.

As leis e as políticas nacionais, em direção da inclusão, têm de ventilar condições para o ingresso e permanência das crianças especiais, já que seus pais encontram tantas dificuldades para matriculas, onde a lei assegura, mais não fiscaliza. Quando se fala nos direitos e liberdades para que não haja diferença, houve movimentos que veio a direcionar a organização para o cumprimento desse exercício tão discutido “direitos iguais”, ao que se ficam claros, nesta citação:

A Convenção da Guatemala (1999), promulgada no Brasil pelo Decreto nº3.956/2001, afirma que as pessoas com deficiência têm os mesmos direitos humanos e liberdades fundamentais que as demais pessoas, definindo como discriminação como base na deficiência toda diferenciação ou exclusão que possa impedir ou anular... (Ministério da Educação - MEC, 2010, p. 13)

Em relação ao planejamento sobre os recursos financeiros destinados a Educação Especial, foi uma resolução falha onde o repasse é dividido com outros programas (áreas diferentes) e seu percentual não compensa o que se fazia para priorizar.

Todavia observa-se que estes recursos financeiros são distribuídos de forma inadequada, as instituições não disponibilizam os materiais que necessitam para acessibilidade das crianças especiais, e os órgãos não fiscalizam de forma desejada, então estabelecer a permanência diante destes procedimentos é difícil.

Em 1991 é editada a Resolução nº01/91, pelo FNDE (Fundo Nacional para Desenvolvimento da Educação) o repasse do salário-educação à aplicação, pelos Estados e Municípios de pelo menos 8% dos recursos educacionais no ensino especial. (MAZOTA, 2003, p. 84). A partir da elaboração deste documento, pode se considerar uma mudança que apresentou benefícios para as crianças com necessidades especiais, de estarem inseridos no mesmo ambiente aprendendo e convivendo juntas, de acordo com suas capacidades e limitações sem distinção, onde

a comunidade faça parte desta nova organização educacional, segundo Menezes, 2001, se referenciando a Brasil (2006, p. 330).

A Declaração de Salamanca refere-se à inclusão na educação. Segundo o documento, “o princípio fundamental da escola inclusiva é o de que todas as crianças deveriam aprender juntas, independentemente de quaisquer dificuldades ou diferenças que possam ter.

O decreto nº6.571 de setembro de 2008 dispõe sobre o atendimento educacional especializado, regulamenta o parágrafo único do art. 60 da Lei nº9.394, de 20 de dezembro de 1996, e acrescenta dispositivo ao Decreto nº6.253, de 13 de novembro de 2007. Corroborando no § 2º, do Art. 1º, que: O atendimento educacional especializado deve integrar a proposta pedagógica da escola, envolver a participação da família a ser realizado em articulação com as demais políticas públicas. (MEC, 2010, p. 27)

O AEE deve incluir na sua prática pedagógica orientações que tragam as famílias a estarem inseridas nas estratégias e atividades que façam parte do cotidiano das crianças especiais, este atendimento deve estar associados aos programas de ações do governo que visam em alcançar benefícios através das necessidades, que na maioria das vezes não se fazem cumprir, mas existem para agir diretamente na vida da população.

Criar condições para complementar o ensino regular, é garantir um desenvolvimento, a partir da permanência dos alunos com deficiência, trazendo o estímulo com base na aprendizagem de acordo da sua realidade, para que assegurar a continuidade de seus avanços nos níveis de ensino.

O MEC, através do Art.3º, Decreto nº 6.571/2008, vem propor assistência dos objetivos, que consiga atender as necessidades em um atendimento educacional especializado, com ênfase de recursos diversificados, estrutura física adequada as exigências das leis, profissionais qualificados e em constantes aperfeiçoamento, que saiba a importância da inclusão, a fim de garantir a evolução da aprendizagem.

Segundo o MEC, Ministério da Educação, será disponibilizado serviços técnicos e financeiros em favor do AEE, mais vale salientar que a demanda é grande e o acompanhamento são direcionados por programas. Algumas escolas estão nas construções prolongadas em relação a inclusão, se desculpa na falta de investimento por parte dos governos, onde a oferta de apoio ou condições ao atendimento especializado é pequena, os que conseguem ajuda, o repasse de distribuição não é para todos, pois são poucos os profissionais que atuam nesta área e suas especializações, nem sempre há condições para aprimorar.

Para romper estas barreiras a favor do acesso e desenvolvimento se faz necessário, a prestação de serviço da instituição e a colaboração dos pais. Diante deste relato se pode afirmar que:

Art. 3º - O Ministério da Educação prestará apoio técnico e financeiro às seguintes ações voltadas á oferta do atendimento educacional especializado, entre outras que atendam aos objetivos previstos neste Decreto:

I – implantação de salas de recursos multifuncionais;

II – formação continuada de professores para o atendimento educacional especializado.

III – formação de gestores, educadores e demais profissionais da escola para a educação inclusiva;

IV – adequação arquitetônica de prédios escolares para acessibilidade;

V – estruturação de núcleos de acessibilidade nas instituições federais de educação superior. (MEC, 2010, p.28)

Na Resolução nº4, de 2 de Outubro de 2009, o Conselho Nacional de Educação, Câmara de Educação Básica, de acordo com o MEC (2010, p.69) aborda no seu Art. 2º.

O AEE tem como função complementar ou suplementar a formação do aluno por meio da disponibilização de serviços, recursos de acessibilidade e estratégias que eliminem as barreiras para sua plena participação na sociedade e desenvolvimento de sua aprendizagem.

Diante desta afirmação, a AEE tem a finalidade de acrescentar no processo do desenvolvimento do aluno, possibilitando atividades e maneiras que diminuam os obstáculos que existe entre a prática de se estar inserido na sociedade, desde que a mesma faça ligação evolução da aprendizagem.

O que a escola planejar deve esta incluindo na realidade e nas condições dos alunos, tendo uma flexibilidade dos materiais didáticos e pedagógicos usados, em todos os fatores que se fazem necessário para criar formas de locomoção para escola, dentro da escola, equipamentos individuais e coletivos que facilite melhor comunicação, entre outros.

Outro aspecto levantado pelo MEC, na Resolução nº4, de 2/10/2009, prioriza no Art. 5º, que o Atendimento Educacional especializado seja realizado em um espaço que ofereça subsídios, conforme o citado: Na sala de recursos multifuncionais da própria escola ou em outra escola do ensino regular, no turno inverso da escolarização, não sendo substitutivo às classes comuns... em centro de atendimento educacional especializado da rede pública ou de instituições comunitários, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos... (MEC, 2010, p.70)

Nesta colocação fica evidente que tanto as escolas quando os pais, devem lutar para implantação e permanência desses profissionais, que podem fazer toda a diferença deste atendimento, observando que trabalhar (atividades) em outro horário, o não convencional chamado das “escolas comuns” com recursos e práticas diversificadas, é um enriquecimento da aprendizagem e reconhecimento como cidadão, que faz parte do meio que vive.

Os recursos multifuncionais oferecem aos alunos com deficiência maior comodidade, qualidade de desenvolvimento e aprendizagem, autonomia para sua independência, já que os equipamentos favorecem a partir da mobília, materiais didático-pedagógicos e de acessibilidade na organização das salas, podendo ser instituídas em associações públicas ou privadas, obedecendo aos critérios das leis, conveniadas com órgãos Estaduais, Municipais ou não, sempre trabalhando com transparência.

Art. 9º - A elaboração e a execução do plano de AEE são de competência dos professores que atuam na sala de recursos multifuncionais ou centros de AEE, em articulação com os demais professores do ensino regular, com a participação das famílias e em interface com

os demais serviços setoriais da saúde, da assistência social, entre outros necessários ao atendimento. (MEC, 2010, p. 71)

A análise nos mostra que a construção e a prática da proposta do AEE é atribuição do docente que está a frente das execuções na sala, de contraposição algumas famílias estão lado a lado com suas crianças, porém necessitam compartilhar com outras áreas (profissionais), que será fundamental para auxiliar cada especialidade, cujo todos passaram por eles, como: monitores (cuidadores de cada área), interpretes, assistência social, serviços de saúde, entre outros.

No Art. 10º, inciso VI, MEC (2010, p. 71), vem a relatar: outros profissionais da educação: tradutor e intérprete de Língua Brasileira de Sinais, guia-intérprete e outros que atuem no apoio, principalmente as atividades de alimentação, higiene, e locomoção. É importante garantir esta conquista para todos, pois através desse recurso, a evolução de cada aluno seria digna e inclusa, quando fosse capaz de perceber que interação era total, diante de seus direitos garantidos.

Dessa forma acontecerá a inclusão quando oportunidades de estarem qualificados no exercício docente específico para Educação especial e sejam capazes atender sem distinções, isto fica assegurado no Art. 12º do MEC (2010, p. 72) para atuação no AEE, o professor deve ter formação inicial que o habilite para o exercício da docência e formação específica para Educação Especial.

A Lei nº9.394, de 20 de dezembro de 1996, no Capítulo V da Educação Especial, no seu Art. 58, vem afirmar que: Entende-se por educação especial, para os efeitos desta lei, a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação. (LDB, 2013, p. 33)

Esta lei contribuiu a diversificar o atendimento de um número de crianças com desenvolvimento diferente que precisam estar inseridas no contexto comunidade e essa oferta de ensino permite que seus direitos sejam assegurados.

F.L. é um menino carinhoso, tímido, observador, curioso, com muitas manias, reservado, cuja família ingressou na escola para interação com outras crianças, convivia a maior parte do tempo com adultos, e desenvolver a fala.

Chegou à escola com quatro anos, tem Síndrome de Down, suas características chamavam atenção, curiosidade, receio e preconceito. A escola recebe outros alunos com deficiência. Para o atendimento especializado, faltam profissionais qualificados, o que dificulta o desenvolvimento da aprendizagem e socialização.

No início a interação foi difícil, não queria participar das atividades, fugia da sala de aula com frequência, buscando refugio, na primeira pessoa que acolheu. A mãe faz o papel de superprotetora, o pai vive mais com a realidade. Com o tempo o comportamento de F.L., isolado, agressivo, difícil comunicação e socialização, foi modificando, passou a interagir, fazer parte das atividades em grupos.

Mais para compreender o que acontecia no seu aprendizado, começou a aplicar métodos com os conteúdos unificado e tratado da mesma forma que os demais, porém se observou que foi

passando de ano e nada acontecia que diferenciasse seu aprendizado. Passou a ter acompanhamento com outros profissionais: fonoaudiólogo, psicopedagoga e esta no atendimento da ADAT (Associação Cultural e Apoio às Pessoas com Deficiência).

Cada série que avançava se percebia poucos professos, o professor necessitava observar para depois buscar uma pratica que favorecesse as ações recebidas.

No final do 2º Semestre de 2015, F.L. desperta para leitura, já que sua turma, 1º Ano do Ensino Fundamental, vivenciava esta prática da linguagem, se fez necessário ser igual aos amigos, foram poucas, copiava suas atividades com auxílio da professora, ora amigos, quando solicitada duas tarefas, apenas uma ocorria e quando queria.

Por vontade da mãe e de alguns profissionais que lhe atendem, a criança foi neste ano (2016) para o 2º Ano do Ensino Fundamental, com 10 anos, na análise fundamentada da mudança de amigos, cujo os mesmos vem desde a entrada de F. L.. Mais não gerou evolução, a regressão veio com os avanços do grau de dificuldade dos conteúdos, deixando sem estímulo e possibilidades de construir o novo.

Neste período, começou a desenvolver hábitos relacionados básicos do dia-a-dia do estudante, com incentivo da professora, aprendeu a abrir e fechar sua mochila, estoja, lancheira, garrafa de água depósito plástico, arrumar o lanche sobre a carteira escolar e conduzir a organização de alguns materiais (lápiz, borracha, hidrocor, etc.).

Iniciou o 2º semestre, com a necessidade de avaliar L. F., para procurar diagnostico em qual nível educacional se encontra, já que seus conhecimentos não são compatíveis a série que está cursando. Submetido a atividades de linguagem e matemática referente ao 1º Ano do Ensino Fundamental, turma anterior, não foi satisfatório, pois não mostrou interesse algum pelo que foi pedido, inibiu e não quis falar.

Em outro momento (dia) continuando foi sugerido o nível da turma do Jardim 2 da Educação Infantil, colocou seu nome na parte superior da folha com letra minúscula e esperou as professoras ler, em seguida conseguiu desempenhar a atividade, obtendo avanços sua expressão transparecia felicidade. Essas atividades foram semanalmente realizadas, onde tornou para F.L. um prazer em fazer, onde constatou que conhece o alfabeto minúsculo, exceto as consoantes chamadas de dificuldades c, h, k, w, y, domina o som das famílias, palavras e pequenos textos, em relação a matemática, números de 1 ao 19, contas de adição, formas geométricas, as cores (há independência quando solicitadas), integração Social, Ciências e Inglês, só consegue através de solicitações (marcar, pintar, circular, associar), é capaz de escrever pequenas palavras. Sua interpretação é pausada ao contexto literário, necessita de muitas repetições para responder.

Durante o processo de desempenho de suas atividades necessita de estimulá-lo – resposta para prosseguir, sempre quer algo em troca, já que é muito carinhoso e carente, sempre que conclui um quesito quer um beijo. Para várias vezes e inicia conversa, faz muitas perguntas relacionadas a vida pessoa de quem está ao seu lado, mostra que desperta para a questão sexualidade (namoro), sendo trabalhada no contexto de sua faixa etária, onde é o mais velho da turma.

O processo de desenvolvimento segue com rotinas de atividades relacionadas ao nível do seu diagnostico – Jardim 2 – Educação Infantil, mais sem excluí-lo da turma inserida, quando

acontece os trabalhos coletivos, sua presença é primordial já que seus amigos aprenderam a amar e respeitar com suas diferenças. A escola passa a assumir um novo papel em relação a inclusão de F.L. na comunidade educacional, traz uma proposta voltada as necessidades especializadas.

METODOLOGIA

Esta pesquisa foi realizada de forma qualitativa/descritiva. Segundo Minayo (2006, p. 21) pesquisa qualitativa, “trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes”. Ou seja, no que se refere a busca de investigação e observação da realidade do tempo, em face das construções de valores, pelo sujeito de pesquisa.

Como também usado o tipo descritivo, como descrição, Botelho e Cruz (2013, p. 60) afirma que: “descreve as características de determinada população ou fenômeno, ou o estabelecimento de relações entre variáveis”. Mostra o relato das distribuições dentro de levantamento de informações da referida pesquisa. Enfatizando a importância de se fazer este trabalho, para analisar os métodos utilizados, a fim de favorecer, na possibilidade de buscar novos caminhos para o ensino e aprendizagem direcionados as crianças com necessidades especiais.

Foi realizada em uma escola da rede particular da mata norte de Pernambuco. A escolha desta escola se deu pela observação do fato da necessidade da falta de profissionais especializados para a inclusão de crianças com deficiências, já que tem alunos de diferentes necessidades especiais, assim será um estudo de caso. Conforme destaca, Oliveira (2005, p. 61-62): O estudo de caso é um método eclético e se aplica em diferentes áreas de conhecimentos, incluindo também as Ciências Naturais. Evidentemente a aplicação do método de estudo de caso deve ser utilizado para atender aos objetivos preestabelecidos pelos pesquisadores (as), com sendo um estudo aprofundado a fim de buscar fundamentos e explicações para determinado fato ou fenômeno da realidade empírica. A autora, traz uma abordagem sobre o método que ocorre de forma diversificada e é utilizado nas áreas do comportamento humano, os aspectos que o rodeiam e suas reações sobre ele. Para a prática desta análise deve ser usada a realidade cotidiana como ponto principal para eventuais esclarecimentos, relacionados experiências vividas, para se tornarem base para explicações, a fim de obter o objetivo e conclusões. Nesta perspectiva a observação e convívio se tornam ferramentas fundamentais para esta pesquisa.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A análise de diversos autores e com a observação de campo, não tendo indicativo de conclusão parcial, mas como oportunidades de buscar novos conhecimentos, desta forma apresentaram algumas considerações sobre “inclusão escolar”.

Vivemos em uma sociedade, que utiliza vários paradigmas para titular tudo. Nos dias atuais, ainda se convive com o fracasso da inclusão das crianças com necessidades especiais, as escolas para não admitirem a exclusão, conduzem a situação como algo que limita a capacidade estrutural e profissional, sabendo que este fato em alguns lugares não foge a realidade da instituição.

Porem a lei assegura a inclusão, a permanência, o direito a igualdade e a diversidade, como fica explicito na LDB nº4024/61, na Constituição Federal de 1988, e fundamentada com o atendimento especializados na LDB/96, para isso faz com que estas informações se ma de

conhecimento por parte dos pais, familiares e do próprio indivíduo que necessita deste recurso, primordial para seu reconhecimento como ser social.

Negar a possibilidade de fazer parte do convívio educacional e social é tirar o direito a igualdade social, as legislações vem sendo modificadas para priorizar o acesso destas crianças que sofrem por ter condições diferentes diante a sociedade, mostrar a escola inclusa, tendo que acontecer, para que não haja uma escola diferente, mais uma escola que saiba trabalhar através das diferenças.

Vários forma os movimentos e instituições criadas para favorecer, estas crianças, ao longo do tempo foi se sentindo a necessidade de adequação da realidade, são diversas associações, profissionais especializados, recursos adequados, atendimentos especializados (AEE), se conseguiu abrir espaços para caminhar, ressaltando que nem todas as crianças dispõem deste acesso, mas sabe que eles existem.

A inclusão é um tema de grande impacto, no Brasil há um crescimento de pais que sofrem para que seus filhos tenham um atendimento de qualidade nas escolas, ser diferente não limita que estas crianças não despertem capacidades, habilidades para um acesso a escolas “comuns”. Muitas escolas se encontram em condições necessárias para acolher, mas se permitem a buscar oportunidades para favorecer sua permanência.

CONCLUSÃO

Excluir é crime, deixar que as diferenças não se unam é negar a possibilidade de se viver a partir de uma sociedade inclusiva. As crianças com necessidades especiais aprendem no seu tempo, em suas limitações, onde se ofereça compromisso e respeito aos seus saberes, com essa reflexão nos mostra, que temos muito para fazer em relação a inclusão de alunos com deficiência, prepara os docente, no sentido de ensino-aprendizagem, preparar a gestão da escola em direção a uma proposta de educação para todos, como baliza a constituição do Brasil e outros documentos públicos , que caracteriza a inclusão como principio da sociedade igualitária. A reflexão aqui feita sobre a exclusão e inclusão social e escolar de indivíduos com necessidades especiais, contribui para desmistifica que o aluno com deficiência esta incluído na escola de forma satisfatória. A exclusão e inclusão destes não poderia ter sido desenvolvida de outra forma, dentro das instituições de ensino, pois como mensuramos, a educação e a única forma de mudar a sociedade.

REFERÊNCIA BIBLIOGRAFICA

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de Julho de 1990: Dispõe sobre o **Estatuto da Criança e do Adolescente** e dá outras providências. Disponível em:< http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069Compilado.htm>. Acesso em: 03 julho. 2017

BRASIL, Ministério da Educação, **Secretaria de Educação Especial. Projeto Escola Viva: Garantindo o acesso e permanência de todos os alunos na escola – Alunos com necessidades educacionais especiais**, Brasília: MEC/SEESP, 2000, vol. 6.

BRASIL, Ministério da Educação, Secretaria de **Educação Especial. Projeto Escola Viva: Garantindo o acesso e permanência de todos os alunos na escola: Alunos com necessidades**

educacionais especiais - **Adaptações Curriculares de Grande Porte**, Brasília: MEC/SEESP, 2005, vol. 5.

BRASIL, Ministério da Educação, Secretaria de **Educação Especial. Saberes e práticas da inclusão**: recomendações para a construção de escolas inclusivas. 2ed. Coordenação geral.

CARVALHO, Rosita Édler. **Educação Inclusiva: Com os Pingos nos "is"**. Porto Alegre: Mediação, 2004.

KASSAR, Mônica de Carvalho Magalhães. **Deficiência múltipla e educação no Brasil: discurso e silêncio na história dos sujeitos**. Campinas, SP: Autores Associados, 1999.

MANTOAN, Maria Tereza Égler; MARQUES, Carlos Alberto. **A integração de pessoas com deficiência**: contribuições para uma reflexão sobre o tema. São Paulo: Ed. SENAC, 1997.

MANTOAN, Maria Tereza Eglér. **Inclusão escolar: O que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Moderna, 2006.

MANTOAN. M. T. E. **Inclusão escolar: caminhos e descaminhos, desafios, perspectivas**. In: Revista Outro Olhar. Ano IV, nº 4. Belo Horizonte: outubro, 2013.

SAMPAIO, Cristiane P. **Convivendo com a diversidade: a inclusão da criança com deficiência intelectual segundo professoras de uma escola pública de ensino fundamental**. Salvador: UFBA, 2005. Mestrado (Mestrado em Psicologia).

SASSAKI, Romeu K. **Inclusão: construindo uma sociedade para todos**. 3. ed. Rio de Janeiro: WVA, 1997.

WERNECK, Claudia. **Ninguém mais vai ser bonzinho na sociedade inclusiva**. Rio de Janeiro: ED. W.V.A, 1997